PROBLEMÁTICA DO ENSINO UNIVERSITÁRIO NO BRASIL

MOZART SORIANO ADERALDO

Um dos postulados tomistas assim se expressa: — a vida antes da doutrina!

Entendemos o alto sentido dêsse conceito de origem escolástica, mas não podemos deixar de oferecer de imediato as distinções indispensáveis à sua perfeita compreensão, sabido que a verdadeira intenção de quem o formulou foi relembrar que a doutrina sem a vida é como aquêle sino que toca e não entoa, a que se referiu São Paulo.

Efetivamente, onde buscar o homem a energia para as lutas da vida se um corpo todo de postulados doutrinários não o impele a despender esforços insuspeitados? Mister será viver, sem dúvida. Mas, também indicutivelmente, nossa vida há de ser plasmada à luz daqueles postulados que erigimos como infalíveis, sem o que seremos caniços ao vento, barcos sem rumo, homens sem marca. E é preciso ter marca própria, nem que seja a do diabo, na formulação um tanto enfatizada que, dessas verdades, fêz o grande apóstolo pe. Júlio Maria.

Decorre dessa evidência a necessidade de recorrer, ao enfrentarmos a problemática do ensino superior em nosso País, à doutrina, à boa doutrina sôbre educação e Universidade.

Para Jacques Maritain, alguns erros, próprios de nossa época, concorrem para que o grave problema do ensino não tenha até agora encontrado solução adequada. O primeiro dêsses equívocos seria o desprêzo dos fins da educação, que "é uma arte, e arte muito difícil", como o esclarece de logo o grande pensador contemporâneo. E "tôda arte é uma tendência dinâmica em direção a um objetivo que se quer atingir". Decorrem da inobservância dessas evidências os dois erros mais freqüentes cometidos modernamente no âmbito do ensi-

no: a falta de objetivos na educação ou o desprêzo dêsses objetivos. Ressalte-se, como o fêz Maritain, que "os meios não são maus. Pelo contrário, são, em geral, melhores do que o da velha pedagogia". Ou "são tão bons que nos fazem esquecer o fim visado". É que o técnico moderno se entusiasma tanto com as conquistas surpreendentes da ciência que esquece ou despreza o seu fim último — o bem do homem. A educação, portanto, será boa enquanto visa ao seu fim específico, tornando-se tanto melhor quanto mais utiliza os processos e técnicas da moderna pedagogia, porém se prejudica sensìvelmente quando se deixa empolgar com essas técnicas e êsses processos, esquecida de sua verdadeira finalidade.

Se são danosos a ausência de fins e o descaso dêsses objetivos no processo educativo, catastróficas têm sido as idéias falsas ou incompletas concorrentes a essa finalidade. "A tarefa educacional — ensina ainda Maritain — é, a um tempo, a maior, a mais misteriosa e, de certo modo, a mais humilde que se possa imaginar." Visando a guiar e a ajudar o homem a atingir sua plenitude humana, a educação não pode fugir aos conceitos da Ciência Filosófica. É que, na educação, se acha implícita tôda uma filosofia de vida. Como, nos tempos modernos, processada a ruptura do homem com sua destinação sobrenatural, a concepção dita científica se distanciou da concepção cristã da vida, passou a escola a instruir num sentido que só tem trazido intranqüilidade ao homem. Mister seria repor os valôres em seus devidos lugares, para que aquela verdadeira finalidade da educação fôsse plenamente atingida. Pois que, "se está fora de dúvida que a concepção puramente científica do homem pode dar-nos informações inestimáveis e cada vez mais completas concernentes aos meios e instrumentos da educação", aquela concepção científica "por si só não pode estabelecer nem orientar a educação, já que ela precisa saber, antes de tudo, o que *é* o homem, qual a sua natureza e a escala de valôres que necessàriamente abrange". Para o autor de *Humanismo Integral* a concepção puramente científica do homem, por ignorar o *ser, como ser*, não pode compreender êsses problemas mas apenas "o que emerge do indivíduo humano no domínio da observação e da medida". A palavra informadora, no tocante ao fim da educação, há de ser dada pela Filosofia, que nos fornece resposta a indagações sôbre a alma humana, a liberdade do indivíduo e outros pressupostos de que a técnica educativa se informa para alcançar sua última finalidade.

Disto tudo decorre, segundo o autor de *Cristianismo e Democracia*, o terceiro êrro cometido modernamente pelos pedagogos, relativo ao exagêro da pragmática na educação. É óbvio que "há muita coisa de excelente na ênfase da ação e da prática, pois a vida se confunde com a ação". Mas não é menos evidente que "a vida existe com um fim que a dignifica" e "a meditação e o aperfeiçoamento contínuo, pelos quais aspira a florescer, escapa à esfera da mentalidade pragmática". Êrro grave cometem aquêles que, pragmáticos

de direito ou de fato, dão ao processo educativo uma conotação estatística de êxitos materiais, esquecidos de que, na lição de Maritain, "o ato de pensar começa não só com dificuldades, mas com intuições, para acabar com intuições confirmadas pela verificação experimental e por argumentos racionais". Sabido que "a ação humana, enquanto humana, está baseada na verdade que se alcançou ou se pretende alcançar por amor à verdade", impossível seria aceitar uma teoria que "dificilmente produzirá, nos jovens, alguma coisa mais que um ceticismo erudito". O resultado dessa distorção ou má aplicação de técnicas de ensino está à vista, exigindo tratamento urgente e adequado.

Do pragmatismo ao sociologismo não vai mais que um passo. Êsse quarto êrro apontado por Maritain seria uma conseqüência do anterior, colocando a origem das regras e preceitos educacionais na condição social. Ora, "a essência da educação não consiste em adaptar determinado indivíduo às condições e interações da vida social", mas em *formar o homem*, isto é, tornar o indivíduo um cidadão útil, dentre cujo campo de ação se acha devidamente colocado o seu comportamento social. Se a velha pedagogia, nesse tocante, merece censura "por seu individualismo abstrato e livresco", não devemos entender os processos que a moderna pedagogia nos trouxe no que tange a uma maior conotação social como um desprêzo àquela compreensão do homem na qualidade de ser indissolùvelmente ligado a uma origem e a uma finalidade superiores.

Ainda com relação aos fins da educação, arrola Maritain outros dois erros — o intelectualismo e o voluntarismo. De fato, a finalidade da educação não se acha nas controvérsias dialéticas ou meras habilidades intelectuais, como ocorria antigamente, nem tampouco na idéia moderna que, considerando os valôres universais, insiste nas funções operantes e experimentais da inteligência, vendo na especialização científica e técnica a finalidade da educação. A êsse propósito, ensina-nos o autor da *Lógica Menor*: — "Se nos lembrarmos de que o animal é um especialista perfeito (pois tôda sua capacidade de aprender se fixa num único trabalho a ser realizado), concluiremos que o programa educacional que formasse especialistas teria como resultado a animalização progressiva da mente e da alma humana." E conclui, axiomático, o grande pensador: — "O culto exclusivista da especialização desumaniza a vida do homem."

No que tange ao voluntarismo, êrro próprio de doutrinas deificadoras da Raça, ou da Nação, ou da Classe, ou do Estado, submete a inteligência à vontade, recorrendo a fôrças irreais. "A educação — para êsse êrro — devia concentrar-se ou na vontade (disciplinada de acôrdo com algum exemplar nacional) ou na livre expansão da natureza e das potencialidades naturais." Para tanto, alega-se: é mais importante ser um homem bom do que um homem erudito. Essa meia verdade, que despreza uma das potencialidades da alma humana, tem dado péssimos resultados, até mesmo sob o ponto de vista do Bem,

como podemos colhêr dos exemplos fornecidos pelos países de regimes totalitários.

Apreciando aquilo que para êle seria o último êrro da moderna pedagogia, Maritain nos adverte contra o falso ponto de vista de que se pode aprender tudo. A experiência não se aprende, colhe-se na longa estrada da vida. "Há cursos de Filosofia — lembra-nos o Mestre —, mas não de Sabedoria", que "só se adquire através da experiência espiritual". O mais importante na Educação — conclui êle — é a intuição e o amor, com os quais o pedagogo manipula a alma do educando, fornecendo-lhe os conhecimentos necessários a uma satisfatória interação social e a uma tranqüilizante identidade consigo mesmo, para o fim de alcançar a sua plena realização.

Deduz-se destarte que o sistema educacional das escolas e universidades parece esquecer-se de suas principais finalidades e funções, o que é causa de muitos fracassos e infelicidades.

E vê-se, agora, que tínhamos razão quando, de início, ressaltamos a necessidade do conhecimento da doutrina para a perfeita execução de um programa.

Relembrados êstes gerais aspectos doutrinários a respeito do problema da educação, convém verificar a quem compete realizar essa gigantesca tarefa.

De modo geral, sabido que a educação é obra eminentemente social e, ainda, que o homem, em regra, integra três entidades distintas, embora harmônicas, duas de origem natural — a família e a sociedade — e uma de origem sobrenatural — a Igreja —, necessário será estudar-lhes as finalidades específicas para traçar-lhes as lindes operacionais nesse tocante. Quanto à família, seu fim principal se acha vinculado à perpetuação da espécie humana, pelo que há de ter prioridade de direitos, com relação à sociedade, no que tange à procriação e educação de seus novos componentes.

Por outro lado, como a sociedade tem por finalidade precípua o bem comum temporal, cabe-lhe a prioridade, neste terreno, em relação à família.

Quanto à Igreja, sua finalidade é a santificação do homem, que assim se projeta sobrenaturalmente. Ora, sabemos que a educação abrange o homem todo, tanto individualmente quanto socialmente, assim na ordem natural como na ordem sobrenatural. Pertence, conseqüentemente, a tôdas essas três entidades a tarefa de ministrar educação, desde que cada uma delas o faça adequadamente.

De modo especial, portanto, e por duas razões, cabe legìtimamente à Igreja educar os homens. Sua missão de magistério — "Ide e ensinai..." — a tanto a autoriza. E sua maternidade sobrenatural, pela qual gera e educa as almas para Deus, igualmente a credencia para essa tarefa: "Mater et Magistra"...

Como, não menos legìtimamente, à família pertence a missão de educar a prole. É um direito que decorre de sua prioridade no tempo em relação à sociedade, direito êsse recebido de Deus — "Crescei e

multiplicai-vos..." — e decorrente da própria natureza das coisas, sabido que o homem é dos animais o que menos dispensa a assistência materna e paterna nos primeiros anos de vida. Subtrair êsse direito, como o desejam todos os totalitarismos, através da engenhosa e enganosa campanha da escola oficial única, é violentar tanto a ordem sobrenatural quanto a ordem natural, pois o homem — insistamos —, antes de alcançar o *status* de cidadão, *existe*, e essa vida lhe foi infundada, não pela sociedade, mas pelos próprios pais.

Colocadas as coisas em seus devidos lugares, compete também à sociedade — vale dizer: ao Estado — parte importante na educação das gerações. Dupla é a função da sociedade: proteger e promover (sem todavia absorver) a família e os indivíduos. Não obstante, nada impede — muito pelo contrário — que o Estado colabore com a família e a Igreja na educação da prole e dos indivíduos, já auxiliando as escolas particulares em geral e as confessionais em particular, já organizando as suas próprias escolas, desde que aja conformemente à lei natural.

Vê-se, a esta altura da análise doutrinária do problema educacional, que desejamos tanto quanto possível objetiva como convém a trabalhos da natureza dêste nosso, que educar é missão difícil, ao mesmo tempo em que é a maior, a mais misteriosa e a mais humilde das tarefas, na observação de Maritain. Para desempenhá-la hão de ser exigidos conhecimentos técnicos, predisposição vocacional e disponibilidade de tempo, dentre outras condições. Isto tudo exige que a família, educadora por excelência e por sua própria natureza, delegue em parte à Igreja e ao Estado através da escola, particular ou pública, a missão de educar a prole, mormente na era moderna, quando a disponibilidade de tempo cada vez mais se restringe, com o trabalho fora do lar, especialmente por parte das mães. Delegue *em parte* — deixemos bem claro —, porque, em qualquer hipótese, os pais não se devem permitir um alheamento ou alienação quanto a êsse problema, sabido que sem sua participação o trabalho educativo ficaria incompleto e, quiçá, irremediàvelmente prejudicado.

Daí dizer-se, muito acertadamente, que a escola é um prolongamento da família, e que existe principalmente em função da insuficiência dos pais quanto a tempo disponível, preparo técnico e tendência vocacional. Desta forma, embora não tendo a função geradora, resta à escola a função aperfeiçoadora, que sòmente se desenvolverá plenamente se em seus trabalhos educativos estiver sempre presente o espírito da família que lhe delegou aquela missão.

É claro que êsse trabalho complementar da escola se amplia em extensão e profundidade à proporção que os conhecimentos se multiplicam e complicam, alcançando o seu clímax no estudo universitário. Nem por isso terá o Estado direito de violentar a consciência familiar, inculcando nos alunos das escolas públicas aquelas doutrinas contrárias à ordem sobrenatural e à ordem natural. Não será possível, por exemplo, sem grave arreplo à lei divina e ao direito

natural, que a ciência ensinada em nossas universidades oficiais seja posta a serviço da política, especialmente da política do Partido Único, pois, assim sendo, se tornaria voluntàriamente dirigida para um fim extra-universitário.

Tôdas essas evidências valem universalmente. Não fôssem elas o resultado de aprofundados estudos sôbre o magno problema da educação das novas gerações, valeriam ainda para nossa Pátria. Aplicando-as à nação brasileira, Alceu Amoroso Lima recomendou que, "para alcançar os seus fins, individuais e nacionais, deve a educação no Brasil ter um caráter:

— personalista,
— doméstico,
— corporativo,
— cistão".

E dogmatizou: — "Tôda forma de educação que contrariar êsses postulados desserve a formação do Brasil e do brasileiro."

Longe de esmagar a pessoa humana, a educação há de "garantir os seus direitos, sua liberdade, sua dignidade e a consciência de sua responsabilidade crescente". Se o respeito à personalidade não se deve confundir com a demagogia individualista, por outro lado êsse mesmo respeito à pessoa humana condena a absorção do homem pelo Estado e a anulação da tarefa educativa da família. A educação deve, por isso, respeitar e até ensinar o respeito aos direitos da família. Sabido que o espírito corporativo da civilização medieval se dessorou ao impacto da revolução artística da Renascença, da rerevolução religiosa da Reforma, da revolução política dos Enciclodistas e da revolução econômica do Marxismo, necessário será, dada a impossibilidade de restaurar aquilo que se acha definitivamente superado, que se preserve ao menos o que de eterno havia no regime medieval. "É mister que a educação entre nós se faça *com espírito corporativo*", recomendou Amoroso Lima. E explica: — "Os grupos sociais são tão naturais à sociedade como seus membros individuais. De modo que o respeito às formações sociais profissionais, políticas, intelectuais ou espirituais se impõem de modo análogo ao do respeito à personalidade." Finalmente, o espírito cristão deve ser incutido à nossa mocidade, "ainda que apenas invoquemos para isso motivos meramente históricos e sociais", pois que "a história do Brasil é a história do cristianismo neste recanto da América. Com seus altos e baixos, seus períodos de esplendor e decadência, seus obstáculos e desvios, o fato indiscutível é que foi o senso cristão da vida que inspirou tudo o que há de melhor em nossa civilização, purificando os instintos, limitando as ambições, combatendo a ignorância, as superstições, os abusos de poder ou de revolta, unindo as famílias, abrandando os temperamentos, preparando enfim todo o substrato moral da nacionalidade". Cheio de defeitos, sem dúvida, herdados,

quiçá, por via da admirável miscigenação que nos transformou na maior democracia social do universo, mas rico de qualidades, entre as quais uma bondade que desliza como mel de engenho nas nossas veias, é um povo assim que precisa enfrentar, mais que os outros, o tão grave e delicado problema educacional. O que para uma nação organizada na base da disciplina representa, por si só, problema gigantesco, que não dizer do progresso educativo em uma terra onde a indisciplina é marca dominante e onde o grau de cultura se acha muito aquém do progresso cultural dos povos mais civilizados?!

Dos 80 000 000 de brasileiros, 58% e 42% são, respectivamente, maiores e menores de 15 anos, ou melhor, 46 000 000 não se acham mais em idade de alfabetização, enquanto 34 000 000 poderiam, sem maiores dificuldades, receber os bons influxos da escolaridade. Mas, lamentàvelmente, daqueles 46 000 000 de indivíduos maiores de 15 anos nada menos de 31 000 000, isto é, 39% de brasileiros, são analfabetos, com poucas possibilidades de virem a alfabetizar-se. Por sua vez, dos 34 000 000 de brasileiros abaixo de 15 anos, cêrca de 9 000 000 se acham entre 10 e 15 anos e dêsses apenas 4 000 000 estudam, com um deficit de nada menos de 5 000 000 de matrículas, no curso ginasial principalmente. A situação se agrava ainda mais quando considerarmos os 10 000 000 entre 7 e 10 anos, dos quais sòmente ..... 3 000 000 se acham matriculados em escolas, o que significa um deficit de escolaridade correspondente a 7 000 000. Êsses 7 000 000 de crianças não escolarizadas, somados aos 31 000 000 de adultos analfabetos, nos dão uma idéia da gravidade dêsse problema.

Considerando o assunto sob outro aspecto, relembremos que 40% de brasileiros isto é, 32 000 000, não ultrapassaram os 18 anos, dos quais cêrca de 16 000 000 não atingiram a idade escolar, isto é, não alcançaram os 7 anos, pelo que os suscetíveis de escolaridade correspondem aos outros 16 000 000. Mas, as matrículas dos cursos pré-primário, primário, ginasial e colegial não ultrapassam os 9 000 000, pelo que nada menos de 7 000 000 que poderiam estudar não estudam.

A situação não melhora quando enfrentamos o problema no âmbito universitário. O Brasil se ressente, ainda, daquele *tabu* que exigia, a princípio, que tôda família tivesse um padre entre os seus para provar sangue puro (sabido que, durante algum tempo, não se ordenavam negros nem mulatos), e depois um bacharel, mais adiante um médico e hoje já a preferência se inclina para as carreiras técnicas, o que não deixa de constituir bom prenúncio. O bacharelismo, todavia, ainda persiste, de que é prova a avalancha de candidatos às Faculdades de Direito e Filosofia. Nos últimos dez anos, as Escolas de Direito do País diplomaram nada menos de 40 000 bacharéis, e concluíram as Escolas de Filosofia, em 30 anos de funcionamento, cêrca de 50 000 licenciados. Enquanto isso um país em arrancada para o desenvolvimento como o nosso não diplomou sequer, durante os mesmos dez anos, 20 000 engenheiros, quando nos

Estados Unidos, durante um ano, cêrca de 100 000 jovens concluem o curso de engenharia. No que tange à medicina, a carência ainda é mais acentuada, pois no mesmo decênio não ultrapassou de 15 000 o número de médicos formados por nossas Escolas. E o número de agrônomos diplomados nesses dez anos, em um país em que a população rural sobe a mais de 50% do total de seus habitantes, não atingiu 5 000.

Nossos jovens ainda não se inclinaram aos estudos técnicos, especialmente os de nível médio, pelo indiscutível fato social de que o diploma, e não apenas a competência, primordialmente pesa como fator de sucesso. Por isso organizam-se solenidades, com expedição de pergaminhos, retratos, festas etc., até para aquêles que mal conseguem concluir um curso de dactilografia. E ainda por isso persistimos nas carreiras antigas, que se limitam a 10 ou 15, quando nos países desenvolvidos há milhares de ofícios ou profissões, dentre os quais muitos correspondem a atividades diretamente vinculadas à infra-estrutura econômica e à indústria de base. Excluídas as carreiras militar e eclesiástica, aqui permanecemos circunscritos aos cursos de Direito, Medicina, Engenharia, Farmácia, Agronomia, Odontologia, Veterinária, Arquitetura, Economia, Administração, Musica, Belas-Artes e os vários, especialmente de letras, das Escolas de Filosofia, em que o elemento masculino geralmente predomina, e Enfermagem e Serviço Social, procurados quase exclusivamente pelo elemento feminino.

Esta a razão por que, vencendo embora a incompreensão e o subdesenvolvimento mental, sempre nos colocamos ao lado daqueles que lutam pela fundação de novas unidades de nível universitário, por menos altruísticos que possam ser os desígnios de seus organizadores, convictos que sempre estivemos do saldo positivo dessas iniciativas, de que é exemplo a Escola de Administração do Ceará, que ajudamos a fundar e de que fomos seu primeiro Diretor. E de que são exemplo, ainda, a Escola de Serviço Social de Fortaleza, por nós idealizada e depois generosamente cedida à Arquidiocese de Fortaleza, e o Curso de Jornalismo da Universidade do Ceará, que ajudamos a estruturar e defendemos ardorosamente no Conselho Universitário.

De par com todos êsses problemas de natureza social, acutila-nos o engarrafamento que se processa quando o estudante pretende passar do nível médio para o nível superior. Um curso secundário mal feito fabrica, anualmente, milhares de frustrados que não logram aprovação ou classificação nos vestibulares a que se submetem e são, depois, quiçá injustamente expostos à execração pública como estudantes relapsos, desidiosos, irresponsáveis, quando a culpa, se não deixa de lhes caber também, deve realmente ser bem dividida entre mercenários diretores de colégios, professôres desprovidos da noção da grave responsabilidade que lhes pesa aos ombros, pais desinteressados ou ignorantes, e uma estrutura universitária obsoleta, mais preocupada com a ostentação de obras suntuárias do que com

uma diretriz doutrinária que ajude a superar os obstáculos que impedem o progresso do ensino, dentre os quais, por dever de justiça, que para ser excelente há de ter início em casa, ressaltemos a permanente capacidade ociosa de muitos professôres, agravada com o regime de todo um semestre sem ensinar, e a vocação de educar substituída pelo simples interêsse econômico, muito legítimo quando se cumpre integralmente o dever. Ao lado disto tudo, como se não bastassem aquelas desgraças, uma minoria de estudantes vive mais preocupada com a divulgação de idéias políticas alienígenas do que com os estudos e o vero progresso cultural da Universidade e de sua terra. Em tudo, o acidental superando o essencial, o efêmero sobrepujando o eterno.

É quando surgem as Cassandras da política nacional, representadas neste domínio por pedagogos comprometidos politicamente com doutrinas exóticas e que, por isso mesmo, apregoam o simples fechamento das escolas, como se essa medida, em vez de agravar a situação, representasse a solução adequada! Ou atrevidos pregoeiros de uma nova ordem totalitária, que vivem a propagar a demolição do pouco de positivo que nos resta em matéria de ensino, auxiliados até por algumas exponenciais figuras da sociedade brasileira, travestidas de propagandistas de guerrilhas!

O caminho da solução, todavia, é bem outro. Tendo o curso superior no Brasil uma cota de escolarização correspondente a pouco mais de 1,1%, isto é, 880 000 universitários, ingressando anualmente nas diversas escolas superiores sòmente 50% dos que concluem o ciclo médio, isto é, apenas 66 000 dentre os 132 000 vestibulandos, e não sendo possível ao Govêrno, pelo menos de imediato, aumentar sensìvelmente as matrículas pelo processo de instalação de novas escolas, mister será apelar para o idealismo que ainda existe — Deus louvado! — entre muitos daqueles que lidam com o problema. A Lei, fixando em 18 o número de aulas semanais de trabalho a que os professôres se acham obrigados sem direito a quaisquer gratificações extraordinárias, e sabido ainda que, não estritamente por culpa sua mas em decorrência da própria estrutura do ensino universitário em nosso País, os docentes não ministram senão 3 ou 6 aulas semanais que, acrescidas de outras horas complementares de trabalho, mal atingem 9 horas por semana, de cujo fato indiscutível decorre a apontada capacidade ociosa dos professôres universitários, a solução seria uma cirurgia de urgência, que fizesse aparentemente sofrer o paciente mas o salvasse de grave emergência, pois todos estamos no barco e não desejamos com êle soçobrar. Essa drástica intervenção consistiria na generalizada adoção do currículo semestral, possibilitador da realização de dois Vestibulares por ano, duplicando-se, destarte, só por efeito dessa simples medida, as matrículas universitárias, e absorvendo-se, sem prejuízo do sistema do mérito, aquêles 50% de candidatos que costumeiramente não logram classificação. Como os diversos cursos se distribuem entre 4 a 6 anos, que seriam en-

tão compostos respectivamente de 8 a 12 semestres, a necessidade de ampliação das instalações materiais se manifestaria paulatinamente, sem grandes despesas anuais, testando-se desta forma a capacidade de programação e realização das autoridades administrativas universitárias.

Atendida assim a necessidade de desenvolver quantitativamente nossas Universidades, necessário será atentar também para o problema da qualidade. Com relação ao pessoal docente, geralmente despreparado quanto às disciplinas técnicas, não por culpa sua mas em razão de nossa condição de país ainda não desenvolvido, mister seria multiplicar as bôlsas de estudo para o exterior e a importação de especialistas, especialmente durante a fase em que os nossos se preparam. O Brasil, neste tocante, inscreve-se entre os países que menos bolsistas enviam aos grandes centros culturais do mundo, enquanto uma xenofobia de origem suspeita nos impede de recorrer mais acentuadamente a técnicos estrangeiros.

No que tange ao pessoal discente, a qualidade há de ser desenvolvida através de bons cursos de pós-graduação, pois não é fato desconhecido que alguns poucos técnicos de alto nível costumam produzir maior impacto na política desenvolvimentista de uma Nação do que grande quantidade de profissionais medíocres. Também por essa razão os Institutos de Pesquisa receberiam mais amplo apoio por parte das autoridades universitárias, oferecendo-se aos estudantes maiores oportunidades no que se relaciona com a escolha de suas carreiras e desviando-se, destarte, a avalancha que procura, por êsses motivos de ordem social e psicológica, as carreiras clássicas, já plenamente saturadas.

Constituiriam êstes poucos projetos, de não difícil execução, mormente se considerarmos aquêle idealismo a que nos referimos e que, felizmente, ainda se acha bem vivo entre grande faixa do magistério universitário, o passo inicial mas decisivo na reforma universitária brasileira, que se há de processar através de fatos concretos e não apenas na letra da lei, como costuma ser de nossa tradição.

Mas tudo se realizará, para alcançar aquêle êxito que todos almejamos, à luz da doutrina superior de início referida, sem a qual continuaríamos tateando no escuro, sem rumo certo, embevecidos pelos novos processos educativos, só pelo gôsto da novidade, sem ter em mira a finalidade, aquela alta finalidade da educação que levou saudoso professor de nossa terra a dizer que educava como quem reza, isto é, de joelhos.

Euclides da Cunha, na última página de *Os Sertões*, referiu-se aos "crimes das nacionalidades". Crime maior contra o Brasil não nos será dado conceber do que o descaso de todos, e não só do Govêrno, pela solução do problema educacional. Justifica-se, pois, que se exija um esfôrço maior dos administradores, dos mestres e dos alunos das diversas escolas, especialmente das de nível universitário, com sacrifício de interêsses pessoais e à margem das ideologias

políticas, que persigamos e cultivemos com amor êsse humanismo pedagógico tão conforme à boa índole brasileira, tôda feita de ternura, como de ternura é a arte de ensinar e aprender, contrapondo-se o "saber é poder", conseqüente da filosofia pragmática, ao "saber é amar", da doutrina cristã, perfilhado pela boa pedagogia, de cuja opção depende o destino do mundo, para o mal ou para o bem, para o totalitarismo ou para a democracia, para a intranqüilidade ou para a paz.